

**0 25 de ABRIL
ESTÁ VIVO!**

25 DE ABRIL FOI O FIM DA GUERRA, DA VIOLENCIA, DA CENSURA,
FOI A POSSIBILIDADE DE ALCANÇAR MELHORES SALÁRIOS, MELHORES CONDIÇÕES DE
VIA E AS LIBERTADES POLÍTIICAS E SINDICAIS.
COM O 25 DE ABRIL O POVO TRABALHADOR COMEÇA A TOMAR NAS SUAS MÃOS O SEU
PRÓPRIO DESTINO.
EM ABRIL DE 78, O DESEMPREGO CRESCE, O CUSTO DE VIDA AUMENTA, AS CONQUISTAS
ALCANÇADAS SÃO ATACADAS, OS PATRÕES IMPERIALISTAS DO FM SÃO URGENTES NO SEUS
PAIS.
ABRIL DE 78 É HORA DE CERRAR FILEIRAS PARA QUE O 25 DE ABRIL NÃO MORRA NAS
MÃOS DOS QUE OZEM DEFENDER-LÓ.
NÃO SO QUE NUNCA É PRECISO LUTAR PELA UNIDADE POPULAR PARA QUE O FUTURO
DO POVO SEJA O PRÓPRIO POVO A CONTROLAR.



Poder Popular



O 25 DE ABRIL ESTÁ VIVO!

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL

Dia 24 à noite - concentração na Praça da Figueira
e manifestação a caminho da Alameda D. Afonso Henriques.

Algumas palavras de ordem:

"Militares de Abril, sim! Militares fascistas, não!"
"Os preços a aumentar, o povo não vai vergar!"; "O
25 de Abril está vivo!"

Na Alameda haverá uma intervenção de carácter
político e uma sessão de animação cultural.

Dia 25 à tarde - A partir das 16 horas, concentração
na Alameda D. Afonso Henriques.

A tarde será preenchida com um programa de ani-
mação cultural do qual se salientam a actuação de
grupos de teatro/ cantos revolucionários.



NAS CENTRAIS

ENTREVISTA COM UM CAPITÃO DE ABRIL

Comemorando o 25 de Abril o nosso jornal publica hoje uma entrevista com
um dos capitães do MFA que teve uma participação importante ao longo de
todo o processo revolucionário e que o 25 de Novembro, tal como a tantos ou-
tros, afastou dos quartéis. Por motivos óbvios não divulgamos a sua identi-
dade.

Do que nos disse, destacamos:

- "O Conselho da Revolução ou legisla aquilo que a hierarquia impõe ou aceita "a priori", ou não legisla nada, ou legisla para ser desautorizado."
- "As pessoas, isoladamente, não são garantes de coisa nenhuma, como os ataques de grande parte dos seus antigos admiradores e eleitores devem estar a ensinar ao General Ramalho Eanes".
- "A extrema-direita golpista não obstante constituir uma ameaça a ter em conta, não me parece que tenha grandes possibilidades."
- "A modificação da natureza do aparelho militar não se resolve ao nível técnico, ou de gestão; é um problema de classe que pode ser apoiado, mas não dirigido, pelos militares profissionais."

PÁG. 6 E 7

situação sindical:

- * PLENÁRIO DE LISBOA
- * TÊXTEIS
- * METALÚRGICOS
- * BANCÁRIOS

ITÁLIA:
MES NO CONGRESSO DA "DP"



EM DESTAQUE

direita militar movimentada-se

As mais recentes movimentações da direita reaccionária e fascista cada vez mais polarizada em torno de Sá Carneiro vieram confirmar plenamente a dicotomia que o nosso partido sempre apontou, na actual fase de luta, à acção das forças e partidos de direita: a) uma tendência mais paciente centrada no CDS procurando aproveitar-se da agudização da crise económica e social a médio prazo ao mesmo tempo que procura ganhar um certo verniz democrático-burguês, tendência plenamente confirmada pela sua entrada para o Governo, b) uma tendência precipitacionista liderada por Sá Carneiro e aglutinando para além de vastos sectores do PPD, sectores da direita militar e da direita civil não organizada partidariamente que se coloca desde já na luta aberta pelo regime autoritário e repressivo que serve a estabilidade da dominação burguesa apontando os caminhos que a ele conduzem - a revisão da Constituição, a reposição integral da hierarquia militarista e a substituição do Presidente da República nas próximas eleições.

Com a exoneração de Vasco Lourenço a direita civil e militar obtém uma importante vitória, não porque a acção político-militar do que resta do grupo dos "Nove" represente por si só um entrave ao desenvolvimento das suas manobras, mas porque dum só golpe obtém três importantes objectivos: a) remeter cada vez mais o CR para

uma posição fechada sem força política nem militar b) colocar todas as forças militares operacionais debaixo do comando unificado dos três Chefes do Estado Maior (em maior ou menor grau a ela ligados); c) colocar Ramalho Eanes na situação de único militar fora do seu lugar (Tenente-Coronel Graduado) preparando o terreno que conduz à contestação da hipótese da sua reeleição como Presidente da República.

Esta movimentação direitaista não se limitou às vulgares pressões ao nível dos meios da comunicação social ou ao nível da utilização das posições ocupadas no aparelho de Estado e nas Forças Armadas, pois contou com outras forças de pressão como a presença de uma "guarda" da GNR à reunião do Conselho da Revolução que tomou a decisão de origem "desconhecida".



FMI: uma questão de doses...

Em segundo lugar há que destacar o sentido da política económica do Governo PS/CDS claramente posta a nu com as mais recentes medidas e com as negociações do F.M.I.

Neste campo a entrada do CDS para o Governo veio dar maior coerência à política de recuperação capitalista engendrada pelo PS tomando-a mais claramente numa política anti-popular.

Antes de abordar quais são os seus aspectos centrais, interessa clarificar d. as questões:

1º - A esmagadora maioria das exigências do FMI

receita (já aceite há muito) mas sim a dose a empregar.

2º - A alternativa ao F.M.I. tímida e demagogicamente sussurada pelo Dr. Soares não existe. Existem sim contradições no campo imperialista e várias maneiras de encerrar a importância política da evolução da sociedade portuguesa no quadro do projecto imperialista para a Europa do Sul. É assim que surgem editoriais ou artigos de jornais burgueses (New York Times e Guardian) colocando-se no terreno da crítica às doses da receita, isto é, para os meios mais liberais da burguesia impe-

uma política de descalabro e miséria

A política económica (ou de "austeridade") do Governo PS/CDS é uma política de descalabro financeiro e de agravamento brutal das condições de vida do povo trabalhador. Descalabro e agravamento que visam alimentar a concentração da riqueza e do capital.

O sector nacionalizado é bem exemplo desta política: aparente descalabro financeiro e enorme aumento da exploração dos trabalhadores. Vejamos alguns números para as principais empresas nacionalizadas da indústria:

Prejuízos em 1976 e 1977: 4.678 mil contos
Juros pagos à Banca em 1976 e 1977: 10.760 mil contos.

Por aqui se vê que os célebres prejuízos das empresas nacionalizadas não passam duma enorme transferência de valor para a Banca que se destina a financiar a acumulação privada de capital cada vez maior.

Por outro lado a parte dos salários no valor criado não tem parado de decer: 3/5 em 1976, 1/2 em 1977 e 1/3 previsto para 1978.

Ao nível global da economia e da sociedade temos a mesma política que (a ser concretizada em to-

o MES e a unidade

Em terceiro lugar há que destacar todo o processo de recomposição das de esquerda que já conduziu à formação de duas novas organizações - a UEDS à procura, com dificuldades que não pararão de crescer, dum espaço entre o PS e o PCP e a OUT, formação esquerdista e aventureira claramente desfasada das necessidades da luta política na actual

realista o aspecto político tem muito maior importância que o económico pois o que lhes interessa é garantir a viabilidade da coligação social/democrata/Democracia Cristã (PS/CDS - em rigor coligação da oposição burguesa social-democrata ao regime salazarista com o marcelismo 78). É assim que o único país, dos 14 do grande empréstimo, que faz depender à sua parte integralmente da negociação com o F.M.I. é a Alemanha Ocidental, pelo que dos 750 milhões de dólares mais de 475 já se encontram à disposição do Governo PS/CDS.

da a sua extensão como o está a ser com os recentes aumentos de preços) levará a um novo surto de dezenas de milhares de despedimentos e a um novo record na subida dos preços e na descida dos salários reais (+30% e -13% respectivamente em 1977 e +40% e -20% em 78).

Para aplicação desta política de fazer pagar a crise capitalista ao povo trabalhador, também traduzida no agravamento dos impostos e na redução da quantidade e qualidade dos serviços sociais do Estado, o governo PS/CDS tentará por todos os meios obter alguns resultados naquilo a que se chama a "concertação social", isto é, no Pacto Social.

As posições recentemente assumidas pelo nosso Partido no terreno sindical apontando o caminho duma jornada nacional de luta - económica e política - e o caminho da recusa da limitação dos aumentos salariais (15% ou 20% tanto faz) e da via das portarias de miséria, através da unificação das lutas dos mais importantes sectores pela denúncia e revisão dos CCTs, constituem uma posição positiva e alternativa à linha reformista dominante e o caminho concreto da luta contra o Pacto Social.

situação e representando por isso um contributo particularmente negativo e divisionista à construção da unidade popular.

Ganha assim cada vez mais importância a aplicação da política de unidade do nosso Partido lado a lado com o enriquecimento e concretização da plataforma de luta da resistência popular activa.



FOLHETIM SÁ CARNEIRO

O PPD está em crise. O motivo é, mais uma vez, Sá Carneiro.

Demitiu-se, no último Congresso, mas não se retirou. Passou à reserva, mas mantém-se no activo.

Tendo aceite a linha maioritária, volta às primeiras páginas defendendo a minoritária, atacando a Constituição e Eanes, reclamando eleições antecipadas.

Com isto o folhetim Sá Carneiro viveu novo episódio.

Estas declarações do "militante de base" bastam para que a Comissão Política se demitisse. Sinal da força crescente da direita que hoje representa?

Ou antes demonstração de que a política, em Portugal, segue ao sabor dos humores de certos senhores bem-falantes?

Uma coisa é certa: sejam génios, sejam históricos os que a dirigem, a direita lá vai reconquistando um a um os privilégios que em Abril perdera. E os trabalhadores vão pagando a conta...

SPINOLA HOMENAGEADO

Spínola foi homenageado. Num jantar que contou com a presença de algumas dezenas de altas patentes militares no activo, foram oferecidas ao homem do 11 de Março cópias das medalhinhas que ganhara ao longo da sua carreira (guerra civil de Espanha ao lado de Franco e África, combatendo os Movimentos de Libertação, nomeadamente o PAIGC).

Entre os homenageados encontrava-se Firmino Miguel, Ministro da Defesa.

Cada vez os portugueses têm mais motivos para confiar no Constitucionalismo e Democracia das suas Forças Armadas...

KAULZA E OS TRAIADORES...

Kaulza deu entrevista. Talvez temendo a concorrência que Sá Carneiro lhe vem fazendo como líder da extrema-direita, Kaulza disse de sua justiça. Sem papas na língua! Traidores à pátria? Para já são três: Soares, Eanes e Freitas. Todos feitos com os comunistas!

Sobre Soares nem quis pronunciar-se: o seu julgamento caberá - segundo ele - aos tribunais, que dirão se é inocente ou culpado...

Como se vê, os fascistas já perderam todo o pudor. O que não admira, dadas as "amplas liberdades" que lhes são dadas...

FASCISMO TOMA A PALAVRA

Junto do Mosteiro da Batalha decorreu uma comemoração da batalha de la Lys, Presidia Firmino Miguel. Usou da palavra o major Duarte Pamplona. Muitos se lembrarão dele: recebeu condecorações num 10 de Junho, em parada, na Praça do Comércio. Tinha perdido em África as duas pernas e afirmou que mesmo assim pretendia para lá voltar para continuar a combater pela pátria. Foi um dos dinamizadores do "Congresso dos Combatentes" em 1973. Não admira que tenha atacado o 25 de Abril e a Democracia, e tenha evocado as figuras "saudosas" de "grandes patriotas" como Salazar e outros...

Que os fascistas saudem o fascismo é coisa perfeitamente natural. O que espanta é que tenha sido escolhido este triste herói colonial-fascista para orador destas comemorações... quem o escolheu lá terá por certo, as suas razões!

EDITORIAL

quatro anos após o 25 de abril: um teste à unidade

Um ex-general fascista do exército colonial, cujas responsabilidades por gssassinatos em massa de populações civis ainda terão que ser apuradas, promete ao primeiro ministro o julgamento que para si próprio tarda.

Um grupo de provocadores separatistas agride um ministro PS, perante a passividade policial, e impede-o de permanecer em território nacional. Um ex-deputado da ANP autopromovido à social-democrata trabalha publicamente para transformar o seu partido numa força de choque contra as conquistas democráticas dos trabalhadores e a Constituição, e vai congregando à sua volta os sectores mais reacçãoários das classes dominantes.

Quatro anos após o 25 de Abril, as palavras e as acções do separatismo, de Sá Carneiro ou de Kaulza são apenas a face mais agressiva da ofensiva burguesa contra o movimento popular. As tendências autoritárias e fascizantes que exprimem encontram terreno fértil na situação social e política instalada pelos governos burgueses post-25 de Novembro e, em particular, pelo actual governo com o CDS.

Tal situação é, com efeito, caracterizada pela criação de mecanismos que visam enfraquecer a capacidade de resposta do movimento popular face à crise capitalista: refreamento da liberdade de auto-organização popular e de classe, manobras de divisão (de que são exemplo as tentativas de criação de centrais sindicais paralelas), etc.

A crise de direcção em partidos burgueses como o PPD mostra, entretanto, que as classes dominantes são atravessadas por contradições que impedem a uni-

ficação imediata, e que traduzem as posições e interesses dos seus vários sectores na reconversão capitalista em curso. E se alguns desses sectores trabalham por uma via mais claramente golpista, de revisão antecipada da constituição, de renúncia do P.R., de reabilitação de valores autoritários liquidados com o 25 de Abril, não é essa a via para que aponta a actual coligação PS/CDS e o compromisso partidário e social que lhe está na base, o qual na actual fase recolhe a preferência dos centros imperialistas no processo de negociação da nossa dependência externa.

Mas nenhuma fracção burguesa combaterá consequentemente as tendências fascistas. O envio de forças policiais para os Açores após a agressão ao ministro Almeida Santos ou a instauração de um processo ao fascista Kaulza são meros actos simbólicos e impotentes. E os partidos, como o CDS, que hoje prometem mover-se dentro da mais estrita legalidade constitucional até 1980, serão os que amanhã votarão no parlamento por uma revisão constitucional que mate as liberdades, abandone as metas socialistas e dê renovada margem de acção às tendências autoritárias.

Hoje, celebrar o 25 de Abril é também fazer um balanço das forças disponíveis para defender o que de mais importante essa data permitiu conquistar. E o movimento operário e popular fez sobretudo conquistas de organização e de consciência, traduzidas nas experiências do controle de empresas, campos, escolas e locais de habitação, e na construção de um movimento sindical unitário com larga participação. São essas conquistas que agora importa defender, e é a unidade na acção necessária para tal que hoje importa conso-

lidar e alargar, nos seus diversos níveis.

O 25 de Abril de 1978 não se celebra sem dificuldades, patentes no apoio fragmentado que as iniciativas de comemoração recolheram no campo das forças populares e da esquerda. Essas dificuldades tiveram, em alguns casos, na origem uma resistência a fazer a unidade com forças organizadas do campo popular e essentam em ilusões apartidárias e espontaneístas que se esperaria ver enterradas, dois anos e meio passados sobre o 25 de Novembro.

A celebração do 25 de Abril vai ser, está a ser uma ocasião para testar a unidade. Desde já se pode afirmar que fovecem ensinamentos para os esforços que esperam os partidos e militantes de esquerda no reforço do movimento operário e popular na luta contra o ressurgimento do fascismo, pela defesa das conquistas de organização que o 25 de Abril tornou possíveis, pelo poder popular e o socialismo.

ASSINATURA

Poder Popular

Jornal Quinzenal
- Sai às 5.ªs feiras

Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa
Telefone: 66.26.29

Impressão
Reimpressão Gráfica S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00 12 meses 130\$00
apoio 250\$00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
Morada _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____



notícias do MES

OVAR - CONTRA O AVANÇO DA DIREITA

O Comité Local de Ovar emitiu um comunicado em que se denuncia a política de austeridade do governo e se alerta contra o avanço da direita que "aproveitando o justo descontentamento popular, procura virar o povo contra o 25 de Abril". Depois de referir que "os elevados custos que o povo está a pagar não são o resultado do 25 de Abril, mas sim de meio século de fascismo e do 25 de Novembro de 1975, que veio pôr um travão na construção de uma sociedade mais justa", o MES de Ovar destaca que a crise só será resolvida pela unidade e capacidade de luta dos trabalhadores e depois em torno dos objectivos da Resistência Popular Activa, que incluem uma luta contra a subida dos preços e a contenção dos salários,

contra a restrição das liberdades e a ingerência imperialista.

Só assim, conclui o comunicado, haverá força para "impôr um governo de Unidade Popular que abra caminho às transformações políticas, sociais e económicas no sentido apontado pela Constituição: a construção de uma sociedade justa, o socialismo".

JORNADA DE CONVÍVIO EM SANTARÉM

Promovida pelos Comités locais do Ribatejo, realizou-se no domingo 16, uma jornada de convívio na sede do MES em Santarém, aberta a militantes, filiados e amigos do nosso partido.

Além dos camaradas Distrito, estiveram presentes elementos dos Comités locais de Leiria e até da ORL. O camarada Nuno Teotónio Pereira do CC,

fez uma exposição focando a importância das decisões do III Congresso e as perspectivas do reforço partidário na região. A seguir, relatou aspectos da sua viagem a Espanha onde assistiu ao II Congresso do Movimento Comunista, como membro da delegação do MES. Na continuação de depoimentos sobre a prática internacionalista do Partido, o camarada Joaquim Banha relatou aspectos da sua deslocação ao Saar, na qualidade de representante do MES no 2º aniversário da proclamação da RASD.

A pintura colectiva de um mural revolucionário também fez parte do programa, que incluiu almoço e canções populares por militantes e amigos do MES.

Esta jornada foi assim um marco importante no fortalecimento do trabalho partidário no Ribatejo e no estreitamento dos laços de camaradagem entre militantes de várias regiões.

FEIRA DO ARTESANATO EM MOSCAVIDE

O Comité local de Moscavide do MES, levou a cabo no passado sábado 8, no jardim local, uma feira de artesanato. Esta iniciativa tinha por objectivo

principal apoiar as cooperativas de produção contribuindo para a divulgação da difícil luta de muitos trabalhadores, contra o desemprego.

Neste momento, quando existem centenas de milhares de desempregados, lutar pelos postos de trabalho é fundamental, e as cooperativas de produção são a sobrevivência para muitas pessoas e ao mesmo tempo uma forma de produção e organização autónoma dos trabalhadores contra a opressão e exploração do patronato.

O Comité local de Moscavide, ao deitar ombros a esta iniciativa tinha bem presentes as dificuldades da realização, por isso estabeleceu metas modestas para esta realização.

Para pôr de pé esta feira de artesanato, os camaradas de Moscavide não se pouparam a esforços. Muitas noites de trabalho foram necessárias - de sexta para sábado não se dormiu - mas à hora de abrir a feira tudo estava a postos. No sábado de manhã o jardim de Moscavide estava engalanado com dezenas de bandeiras do nosso partido e alguns panos com palavras de ordem alusivas à luta dos trabalhadores.

Numa das entradas do jardim estava colocado o nosso "stand", já utiliza-

do noutras realizações, onde se vendiam os petiscos usuais em festas populares.

Dispostos também à entrada quatro expositores informavam sobre o nosso partido (jornal, Poder Popular, outras publicações, fotografias, etc.) e sobre o trabalho das cooperativas (fotografias, catálogos dos artigos etc). Ao longo de cada um dos arruamentos do jardim, estavam dispostos oito mesas, cada uma, com artigos de géneros vários.

Uma mesa com Barros pretos e bonecos populares. Outra com manufacturas de madeira, facas, garfos, ovos de madeira, etc.

Numa outra ofereciam-se bronzes e estanhos, tendo ao lado tapetes e mantas, de gosto popular.

Noutras duas mesas, as mais concorridas, vendiam-se brinquedos de madeira e bonecos de pano e também artigos de verga. É de assinalar que o artigo mais vendido, foi um brinquedo que, conserva há dezenas de anos as mesmas características; uma pomba de madeira que bate as asas quando o brinquedo rola, obrigando a três idas ao armazém.

Foi ainda montada uma banca de livros e publicações, quer do MES quer não partidárias. O ambiente de festa era ajudado com música revolucionária, tendo-

se o cuidado de evitar o barulho infernal que muitas vezes em feiras só incomoda.

Uma sondagem entre os visitantes permitiu-nos dizer que a realização partidária foi muito bem recebida pois o partido (opiniões expressas) estava ali ligado a uma acção concreta e válida.

Ganharam as cooperativas, ganhou a população local e ganhou o nosso partido que assim mais uma vez esteve no seio das massas. A semente está lançada siga-se o exemplo.

MOSCAVIDE - ENCONTRO SOBRE MOVIMENTO SINDICAL

No último dia 15 realizou-se na sede de Moscavide um encontro sobre o movimento sindical, em que estiveram presentes algumas dezenas de camaradas e trabalhadores da zona.

O encontro que foi dirigido pelos camaradas do CC Manuel Pires e Augusto Mateus, decorreu de forma animada tendo sido discutidos os principais problemas que se levantam neste momento à luta dos trabalhadores e do movimento sindical, com especial incidência para algumas das lutas travadas naquela zona e para a necessidade de fortalecer as posições revolucionárias no seio do movimento operário e popular.

O 25 DE ABRIL ESTÁ VIVO!



O povo trabalhador comemora este ano o 4º aniversário da jornada gloriosa e libertadora do 25 de Abril.

Grande foi o entusiasmo do nosso povo nesse dia, enormes as movimentações populares que se ergueram em todo o país, nas cidades, nas aldeias, nas fábricas e nos campos; era a luta pelo derrube completo do regime colonial-fascista que dominava Portugal e o seu povo que avançava.

Era tempo de esperança e de luta pela liberdade, por isso, o povo trabalhador procurava tomar nas suas próprias mãos o seu destino e avançava corajosa e valentemente por toda a parte sempre ao lado dos soldados e oficiais que decididamente se colocavam em apoio das suas lutas.

POVO TRABALHADOR

O 25 de Abril e as conquistas que ele tomou possíveis representam para o Povo Trabalhador o caminho da Liberdade, da Democracia, da Independência Nacional e do Socialismo.

Mas que vemos nós neste ano em que se comemora o 4º aniversário do 25 de Abril? A situação económica do nosso país agrava-se a cada dia que passa; o custo de vida aumenta vertiginosamente; as condições de vida e de trabalho do povo degradam-se e são cada vez piores.

Os inimigos da liberdade, os pides, os bombistas e os fascistas andam à solta e mostram-se cada vez mais agressivos, insultando diariamente o povo e as suas lutas.

Vemos a independência Nacional cada vez mais ameaçada pelas exigências imperialistas dos americanos e alemães; vemos o País vergado às vergonhosas imposições do FMI.

Vemos a Constituição da República ser atacada quase todos os dias pelos candidatos a ditadores. Assistimos ao regresso dos patrões sabotadores e à sua sede de vingança como o provam os despedimentos cada vez maior número.

A direita ataca os oficiais progressistas das FFAA, de tal modo, que hoje não resta nenhum dos militares que fizeram o 25 de Abril em postos de comando.

Esta é a triste situação a que chegamos. Tal estado de coisas mais se irá agravar ainda, agora que a direcção do PS chamou a participar no Governo o CDS, partido que votou contra a Constituição, e que é conhecido pelos trabalhadores como representante dos latifundiários, do grande patronato e dos imperialistas.

O MES afirma muito claramente que não foi para chegarmos a este estado de coisas e de miséria que o povo desceu à rua em 25 de Abril lutando para varrer a exploração e a opressão do nosso país.

O 25 de Abril é um dia de unidade e luta para levar em frente com confiança as tarefas da Resistência Popular Activa na defesa, sem desfalecimentos, das conquistas alcançadas.

No 25 de Abril lutemos na defesa da Reforma Agrária, das Nacionalizações pela defesa do nível de vida, pelo fim dos despedimentos e da repressão sobre o povo trabalhador.

Exijamos o fim da ingerência imperialista afirmando que queremos uma Pátria livre e independente das exigências do FMI.

No 25 de Abril lutemos intransigentemente pela defesa da Constituição da República, pelo direito ao trabalho, pelo bem estar dos trabalhadores, contra o desemprego e a subida do custo de vida.

Exijamos o fim das medidas anti-populares do governo PS/CDS, afirmando que os problemas do Povo só o Povo os pode resolver.

Neste 25 de Abril de 1978 afirmemos bem alto que O 25 de Abril está vivo!

CONTRA A POLITICA DE DIREITA DO GOVERNO, RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA!

Abril de 1978
O Secretariado do Comité Central
do MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

AS FORÇAS ARMADAS O 25 DE ABRIL E A SITUAÇÃO ACTUAL

FALA UM CAPITÃO DE ABRIL



esquerda e que o poder de direita nunca é democrático, o que os conduziu a defesa sistemática de alternativas de direita para o

que consideravam os erros ou as ameaças da esquerda.

Esquecendo também que quando se recuperam e lan-

çam as forças reacçãoárias ou se vai até ao fim ou se é atropelado no caminho.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO E PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PP - Qual o papel que o CR poderá ainda ter?

—O papel do CR parece-me neste momento extremamente limitado em termos de intervenção política. Cabe-lhe, é certo, as funções definidas na Constituição mas, mesmo em relação a essas; o seu espaço de manobra é bastante diminuto. Efectivamente, carecendo o CR de qualquer poder real sobre as Forças Armadas é praticamente inviável que tome decisões de fundo sobre questões importantes como, por exemplo, elaborar legislação que garanta a democracia interna ou a aplicação dos princípios constitucionais sobre a liberdade de expressão aos militares. Mesmo que no interior do Conselho existisse uma maioria de votos favoráveis, bastava a oposição da hierarquia para que tal legislação fosse inoperante. Assim o CR ou legisla aquilo que a hierarquia impõe ou aceita "a priori", ou não legisla nada, ou legisla para ser desautorizado.

Nesta questão, as limitações de classe da fracção progressista do CR assumem certa importância, pois que originam conceitos de crise, de oportunidade e negociação que ob-

truem toda a capacidade de decisão potencialmente mobilizadora. O golpe de "esperteza saloia" que consiste em fintar a decisão do Supremo Tribunal Militar sobre o Almirante Rosa Coutinho através da elaboração de um decreto-lei quase nominal, é exemplar de como se vão preterindo as decisões firmes e susceptíveis de obter apoio, na base simples da coerência e honestidade de muitos militares, a favor de soluções utuosas e desprestigiadas. Se o exemplo dado, em conjunto com muitos outros que se poderiam dar, significa que os elementos progressistas do CR optaram pela saída tardia e discreta pela "porta de serviço", então, como os restantes nada adiantam ao que a hierarquia militar sabe fazer sozinha, o papel do C.R. já não é limitado mas sim nulo.

PP—Pode continuar a dizer-se que o P.R. é o homem forte das forças armadas?

—Sobre o Presidente da República, penso que nenhum homem é forte sozinho. O general Ramalho Eanes assume, numa perspectiva idealista, um projecto político e tem-se mantido constante na defesa do que subjectivamente considera os valores intrínsecos desse

vam realizar com o seu apoio activo. Hoje, e ao nível das Forças Armadas, arriscáramos que a autoridade do general Eanes não é incontestada, que existem embora em grau menor, limitações do tipo das apontadas ao C.R., mas que a sua capacidade de decisão

A EXTREMA - DIREITA

PP—Qual o peso e as "chances" da extrema-direita?

—A extrema direita golpista compõe-se, na sua expressão mais "pura", de um sector intelectualmente fósil portador de um projecto político igualmente fósil que a própria evolução do capitalismo banuiu da História. Isto não quer dizer que esse mesmo capitalismo, circunstancialmente e em situações limite, se não possa servir de tais reliquias. Facto que lhes confere uma perigosidade potencial. Não obstante constituir uma ameaça a ter em conta, não me parece que tenha grandes possibilidades.

Primeiro porque parecendo confirmar-se a hipótese de o imperialismo jogar numa gestão directa dos seus interesses através de uma burocracia de estado não haverá lugar para a actuação de extrema-direita que, como a junta chilena comprova, possui actualmente muito maior

capacidade para criar novos problemas do que para resolver os existentes.

Segundo porque se a extrema direita, num acto de desespero, conseguisse tomar o poder, fá-lo-ia para executar um projecto de recuperação económica que já nada tem e ver com os interesses do imperialismo nem sequer do capitalismo na actual fase. Não se deve esquecer que o capital "esteve" no 25 de Abril justamente para se libertar do peso da extrema direita. Tal tomada de poder seria historicamente inútil e, como tal, condenada a curto prazo. O que não quer dizer que não doesse na pele dos trabalhadores e dos democratas.

Terceiro porque considero duvidosa a existência de um instrumento capaz de executar um golpe fascista. O facto de a direita controlar burocrática e disciplinadamente o aparelho militar não significa necessariamente que possua capacidade para o conduzir

operacionalmente na execução de um golpe. Se a experiência da guerra africana serve para alguma coisa, demonstra que não são os generais nem o corpo de estado maior que aparecem na frente a dirigir as operações —isto com muito raras excepções, às quais não pertence Kaulza de Arriaga— pelo que não é garantido que os majores e os capitães cumpram em geral directivas golpistas.

Finalmente porque, sob o ponto de vista do capital, a repressão é um problema técnico e não ideológico, e um aparelho de estado do tipo actual, que aliás pode ainda endurecer bastante

O PAPEL DAS F.A.'s

No processo revolucionário de transição para o socialismo cabe aos trabalhadores e, em particular, à classe operária o papel dirigente do processo

No seu entender, à luz dos acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril —e dado que o processo de luta de classes com vista à tomada do poder é sempre um processo lento— os ensinamentos deverão os revolucionários tirar sobre o papel que as forças armadas burguesas podem desempenhar num processo revolucionário?

Julgo ser quase evidente que o papel das Forças Armadas burguesas num processo revolucionário só pode ser contra-revolucionário. Isto porque os aparelhos possuem a sua lógica própria, o aparelho militar, concebido como sustentáculo do Estado burguês, não é utilizável na destruição desse estado: objectivo imediato da revolução socialista. A experiência do MFA, pelo seu carácter progressista, pode parecer contraditória relativamente à afirmação anterior. Prefiro considerá-la exemplar: o MFA não eram as Forças Armadas e, não tendo compreendido que as Forças Armadas não podiam ser o MFA, foi por elas "comido". Considero mesmo altamente duvidoso, para não ser pessimista,

que as Forças Armadas burguesas possam simplesmente assegurar a defesa da democracia. De facto, o aparelho militar é um sustentáculo do Estado burguês e não de qualquer forma preferencial desse Estado.

Assim, ou se considera o caso de um país em que o sistema democrático possui um alto grau de institucionalização, o que pressupõe uma situação económica e social estável, e as Forças Armadas não têm nada que defender politicamente. Ou se trata de um país em que a situação económica e social é instável daí decorrendo um grau maior ou menor de fragilidade das instituições. Neste caso, a ameaça às instituições democráticas virá inevitavelmente da classe dominante e no sentido do reforço do Estado, ameaça que só poderá materializar-se com o apoio das Forças Armadas, pelo que teríamos o absurdo de as Forças Armadas constituírem uma defesa contra si próprias. É claro que não considero que as Forças Armadas defendam a democracia quando se limitem a não desencadear um golpe fascista, o que, apesar de tudo, já não é mau.

Para a burguesia, a questão tem outra lógica, uma vez que a democracia

sem transbordar do quadro formalmente democrático, oferece a vantagem de possuir mecanismos de integração que complementam com grandes vantagens o aparelho repressivo. O fascismo no quotidiano é perfeitamente compatível com uma superestrutura de fachada democrática.

sem transbordar do quadro formalmente democrático, oferece a vantagem de possuir mecanismos de integração que complementam com grandes vantagens o aparelho repressivo. O fascismo no quotidiano é perfeitamente compatível com uma superestrutura de fachada democrática.

sem transbordar do quadro formalmente democrático, oferece a vantagem de possuir mecanismos de integração que complementam com grandes vantagens o aparelho repressivo. O fascismo no quotidiano é perfeitamente compatível com uma superestrutura de fachada democrática.

O PAPEL DAS F.A.'s

No processo revolucionário de transição para o socialismo cabe aos trabalhadores e, em particular, à classe operária o papel dirigente do processo

No seu entender, à luz dos acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril —e dado que o processo de luta de classes com vista à tomada do poder é sempre um processo lento— os ensinamentos deverão os revolucionários tirar sobre o papel que as forças armadas burguesas podem desempenhar num processo revolucionário?

Julgo ser quase evidente que o papel das Forças Armadas burguesas num processo revolucionário só pode ser contra-revolucionário. Isto porque os aparelhos possuem a sua lógica própria, o aparelho militar, concebido como sustentáculo do Estado burguês, não é utilizável na destruição desse estado: objectivo imediato da revolução socialista. A experiência do MFA, pelo seu carácter progressista, pode parecer contraditória relativamente à afirmação anterior. Prefiro considerá-la exemplar: o MFA não eram as Forças Armadas e, não tendo compreendido que as Forças Armadas não podiam ser o MFA, foi por elas "comido". Considero mesmo altamente duvidoso, para não ser pessimista,

que as Forças Armadas burguesas possam simplesmente assegurar a defesa da democracia. De facto, o aparelho militar é um sustentáculo do Estado burguês e não de qualquer forma preferencial desse Estado.

Assim, ou se considera o caso de um país em que o sistema democrático possui um alto grau de institucionalização, o que pressupõe uma situação económica e social estável, e as Forças Armadas não têm nada que defender politicamente. Ou se trata de um país em que a situação económica e social é instável daí decorrendo um grau maior ou menor de fragilidade das instituições. Neste caso, a ameaça às instituições democráticas virá inevitavelmente da classe dominante e no sentido do reforço do Estado, ameaça que só poderá materializar-se com o apoio das Forças Armadas, pelo que teríamos o absurdo de as Forças Armadas constituírem uma defesa contra si próprias. É claro que não considero que as Forças Armadas defendam a democracia quando se limitem a não desencadear um golpe fascista, o que, apesar de tudo, já não é mau.

Para a burguesia, a questão tem outra lógica, uma vez que a democracia

O MFA MORREU

Na realização do golpe militar do 25 de Abril de 1974, bem como no processo revolucionário desencadeado a partir de então, surge com grande relevância um grupo de militares denominado "MFA".

Actualmente ganhou-se já uma certa distância que permite olhar friamente esse fenómeno e o papel que lhe coube.

PP - Pensa que se pode hoje afirmar que o MFA desapareceu?

—Penso que o MFA, enquanto movimento de oficiais do quadro permanente capaz de dirigir as Forças Armadas no sentido das grandes transformações sociais libertadoras, desapareceu definitivamente. Isto porque desapareceram as condições subjectivas e objectivas que alimentaram o MFA.

Ao primeiro nível, o subjectivo, não só terminaram as guerras coloniais que constituíram um polo criador de motivações positivas e negativas —positivas para os oficiais mais

conscientes e honestos que aspiravam por uma solução justa; negativas para os que apenas queriam ver-se livres da "chaticice", embora hoje por aí andem a cantar hinos ao patriotismo de antigamente —congregadoras quanto ao objectivo a atingir, como a existência de uma superestrutura política de aparência democrática, conjugada com melhores condições de "realização profissional" e vencimentos "confortáveis", constitui importante gerador de boa consciência e acomodação, quando não de conservadorismo, para a maioria dos militares profissionais.

Ao segundo nível, o objectivo, o actual projecto de recuperação económica parece inteiramente hegemónico pelo capitalismo monopolista e gerido pelo imperialismo directamente através do aparelho de estado. Tal projecto, para além da pequena burguesia, sacrificará inevitavelmente largos sectores que faziam parte da classe dominante antes do 25 de Abril — na prática a maioria do sector privado com produções viradas para o mercado interno ou para merca-

gável que o anti-monopolismo do programa do MFA, tal como muitas das medidas dirigidas às classes mais desfavorecidas, respondia objectivamente ao fortalecimento destes sectores face aos grupos monopolista, isto é: o programa do MFA, de acordo com uma das suas possíveis leituras, possuía uma larga base de apoio ao nível da burguesia nacional.

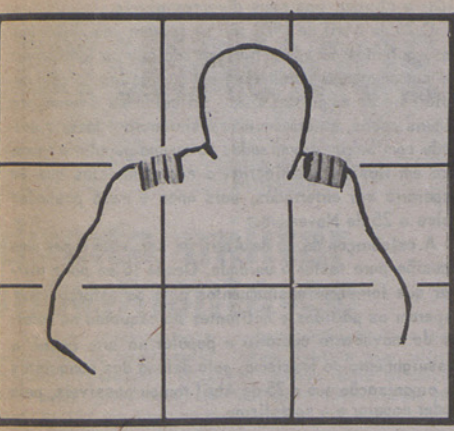
A experiência "assustadora" do movimento popular entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro traumatizou profundamente aqueles sectores, tomando altamente improvável o apoio a projectos políticos-económicos que encerrem o risco de libertar de novo a energia das massas. Como não há projectos político-económicos progressistas sem o apoio e consequentemente o risco de ultrapassagem das massas populares, e como sem projecto político-económico progressista não há MFA (refiro a natureza do MFA e não a possibilidade de chamar MFA a qualquer outra coisa) parece que a resposta a esta questão está concluída. Os externos de grande rigidez. Ora parece hoje ine-

SITUAÇÃO ACTUAL NAS FA's

Como interpreta as recentes alterações nos comandos militares (substituição do C.E.M. Rocha Vieira e do comandante do RML Vasco Lourenço) na actual correlação de forças?

Qual o significado destas mudanças?

—Superficialmente poderia interpretar tais factos como um exercício de afirmação de autoridade e independência por parte do Presidente da República — admito mesmo que assim seja sob o ponto de vista do



Plenário Sindical de Lisboa

Aprovadas propostas dos revolucionários!

O plenário de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores da região de Lisboa constituiu mais uma realização que veio mostrar o importante papel que o movimento sindical desempenha na actual situação. Presentes cerca de mil participantes, representando cerca de quatro dezenas de sindicatos, meio milhar de empresas e mais de quinhentos mil trabalhadores.

O plenário foi dominado quase integralmente por intervenções de elementos afectos à linha reformista dominante na CGTP-IN (chegou a parecer que para eles as inscrições tinham sido abertas na véspera). No entanto as posições dos revolucionários não deixaram de ser apresentadas através de duas propostas-recomendação sobre os dois pontos da ordem de trabalhos: tarefas do movimento sindical face à situação económica, política e social e 1º de Maio.

Na primeira destas propostas, partindo da situação de miséria, económica e social, em que se encontram os trabalhadores portugueses, em que as suas principais reivindicações se encontram por satisfazer ou desvirtuadas pela política do governo PS/CDS, enquanto a direita reacção e fascista ataca as conquistas populares e a Constituição que as consagra, os revolucionários apresentaram a seguinte recomendação ao secretariado da CGTP-IN:

1º) O Movimento Sindical Unitário organizado na sua Central, a CGTP-IN, deve organizar a resposta dos trabalhadores às medidas anti-populares canalizando o seu justo descontentamento para as formas de luta mais adequadas e para as reivindicações mais correctas.

2º) O Movimento Sindi-

cal Unitário, e muito particularmente o Secretariado da CGTP-IN deve desencadear uma campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho contra a política demagógica do Governo que visa afastar os trabalhadores do caminho de unidade e luta por melhores condições de trabalho e de vida, pela defesa das conquistas populares.

3º) O secretariado da CGTP-IN deve desempenhar o papel que lhe cabe nesta situação, promovendo e tomando as decisões que melhor contribuam para a unificação das lutas sectoriais e regionais dando-lhe âmbito nacional. Neste campo tem enorme importância a unificação das lutas a desencadear desde já pela denúncia e revisão dos Contratos Colectivos: na situação actual não mais

pode cada sector ficar isolado para cada lado - impõe-se que se definam objectivos e formas de luta comuns."

A segunda proposta, sobre a jornada do 1º de Maio, partia dos mesmos considerandos: política do governo PS/CDS de submissão ao imperialismo, o aumento do custo de vida e do desemprego, as tentativas de apressar a revisão da Constituição, concluindo pela seguinte recomendação ao secretariado da CGTP-IN:

1º) A jornada do 1º de Maio deve representar uma resposta dos trabalhadores portugueses à política de recuperação capitalista e ataque às conquistas populares do Governo mostrando-lhe que nem a demagogia nem a repressão os afastarão do caminho de Unidade e Luta por melhores condições de trabalho e de vida, pela defesa intransigente das conquistas populares, contra o avanço da direita e as exigências do Imperialismo.

2º) A jornada do 1º de Maio deve assentar numa ampla campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores que alargue o esforço unitário e de luta, campanha que se deve materializar na realização de plenários nas empresas a cargo das comissões or-



ganizadoras.

3º) A jornada do 1º de Maio deve apoiar-se num conjunto de palavras que mostrem bem o seu carácter de jornada de unidade e luta, por um lado, e as reivindicações dos trabalhadores portugueses, por outro lado. Assim propõe-se que entre elas figurem as seguintes:

NO CUSTO DE VIDA O GOVERNO INSISTE - O POVO LUTA E RESISTE!

CONTRA O FASCISMO CONTRA O IMPERIALISMO

DEMOCRACIA, LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

DEFENDER AS CONQUISTAS E A CONSTITUIÇÃO - CDS NO GOVERNO, NÃO!

CONTRA O CAPITAL, CONTRA O PACTO SOCIAL - UNIDADE SINDICAL!

A LUTA CONTINUA - UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

4º) A jornada do 1º de Maio não pode ser desligada das comemorações po-

pulares da jornada libertadora do 25 de Abril em que o movimento sindical se deve empenhar em todo o país mostrando que ela está bem viva para os trabalhadores e com ela a luta em defesa da Constituição, da Liberdade, da Democracia e do Socialismo."

Compete agora aos revolucionários transformar as recomendações em prática efectiva do movimento sindical, desde os locais de trabalho até às assembleias gerais de sindicato.

QUATRO ORIENTAÇÕES

A intervenção de Joaquim Venâncio, da direcção do sindicato dos trabalhadores dos têxteis, lanifícios e vestuário do sul, foi uma das mais importantes defendendo uma posição de unidade e luta em palavras e actos para o movimento sindical. Aliás um documento distribuído pela direcção do sindicato dos têxteis do sul neste plenário é bem claro sobre as tarefas que competem aos revolucionários e aos trabalhadores na actual situação do movimento sindical.

Que fazer perante esta situação? Primeiro - unir a luta económica e a luta política, não deixando que o movi-

mento sindical caia no economicismo, o que só se consegue articulando a luta pelas grandes reivindicações no campo económico e social com a luta contra a política de recuperação capitalista e de submissão ao imperialismo praticada pelo governo PS/CDS;

Segundo - não cair na armadilha do governo que dá o secundário com uma mão para tirar o essencial com a outra: aumenta o salário mínimo e as pensões - sobe os preços do "mini-cabaz" e dos produtos de primeira necessidade entre 20% e 50%; baixa para 12 meses a vigência dos CCT's - não reconhece aos

trabalhadores da função pública o direito à negociação colectiva; actualiza o subsídio de desemprego - toma medidas que aumentam o desemprego;

Terceiro - fazer da luta pela revisão dos CCT's o grande momento de unificação das várias lutas sectoriais e regionais numa só torrente de unidade, mobilização e luta nacional.

Quarto - lutar contra a cisão sindical, luta que se ganha através de uma crescente implantação do movimento sindical nos locais de trabalho e da derrota do sectorismo, que facilita o caminho às forças cisionistas."

TEXTEIS

II CONGRESSO EM MARCHA

QUE RECONVERSÃO?

Vimos no número anterior a importância decisiva que o sector tem a nível nacional em termos económicos e sociais.

Numa fase de resistência como a actual, a principal questão que se coloca aos trabalhadores neste campo é a da luta contra o desemprego que atinge em elevado grau o sector têxtil. Na realidade o sector foi crescendo no tempo do fascismo com base nos salários de miséria pagos aos trabalhadores sem que os patrões se preocupassem com a necessária renovação do parque de máquinas, antes pelo contrário, utilizando e desviando o capital acumulado para fins particulares.

A política dos Pacotes, receita do FMI e do imperialismo americano e oeste-alemão impõe medidas co-

mo a subida dos preços e da taxa de juro e a desvalorização do escudo e a limitação dos salários, de efeitos extremamente negativos para o sector pois conduzem muitas pequenas e médias empresas à falência e restringem o mercado interno. As empresas que, do ponto de vista do capital, têm interesse ("viáveis"), é aplicado um tratamento de choque (os contratos de viabilização) que se baseiam essencialmente no sacrifício e miséria dos trabalhadores como condição para os empréstimos da Banca: suspensão dos CCTs, despedimentos etc.

Assim a política dos patrões e do Governo é a de, por um lado, deixar funcionar a lógica do mercado capitalista concentrando cada vez maior poder económico nas mãos dos grupos

mais importantes (Manuel Gonçalves, Riopelo, Coelima, Somelos - Helanca, Abílio Oliveira, Joaquim Simões etc) liquidando inúmeras pequenas e médias empresas aumentando o desemprego a um ritmo elevado, (no que é ajudado por algumas multinacionais - Algot, Seidensticker etc).

Assim no seu II Congresso os Trabalhadores têxteis terão neste campo 2 objectivos essenciais:

-por um lado, denunciar a política do Governo e mostrar que há outras alternativas, que um Governo dos Trabalhadores poderia levar a cabo uma reconversão do sector sem aumento do desemprego.

-por outro lado, adoptar uma série de medidas de luta que dêem resposta à política do Governo e dos patrões na prática, face aos problemas concretos

que se levantam.

Os trabalhadores têxteis deverão mostrar que a reconversão do sector deverá ser feita tendo como bases essenciais o controlo operário, a defesa do emprego e o aproveitamento integral dos recursos nacionais, uma política efectiva de apoio às pequenas e médias empresas, às cooperativas, às empresas em autogestão e intervencionadas e medidas estatais no domínio do comércio externo.

MEDIDAS E REIVINDICAÇÕES

É por isto que os trabalhadores têxteis vão discutir no seu II Congresso, as seguintes medidas:

-de âmbito sindical: organização de Comissões de Luta contra o Desemprego, luta pelo início da laboração das empresas paradas e apoio aos trabalhadores das pequenas e médias empresas (sempre com defesa do emprego e salário), luta contra a aplicação dos decretos do Pacote 2 e contra a entrega das intervencionadas ao patronato, apoio

FORÇAS DA DIVISÃO SINDICAL BUSCAM TERRENO DE APOIO

Em declarações prestadas no final da última reunião do Conselho Nacional do CDS, Amaro da Costa referiu-se à presença de elementos do seu partido nas listas vencedoras de eleições em alguns sindicatos (Bancários do Norte e do Sul e outros), para anunciar redobrado empenhamento dos "sindicalistas democratas-cristãos" nos sectores laborais.

Por outro lado, o grupo promotor da CDT revelou ter feito escritura notarial de constituição desta pretensa nova central sindical sem sindicatos. O seu secretário-geral é o sr. Pelágio Madureira, ex-adjunto do primeiro ministro e antigo empregado da ex-SACOR, (hoje Petrogal) onde nunca ninguém o viu mexer um dedo para defender interesses dos trabalhadores. Este funcionário de divisão sindical afirmou curiosamente, que a CDT não participará nas celebrações do 1º de Maio deste ano "para não ser acusada de dividir os trabalhadores".

Mas de facto, sr. Pelágio, se não for para dividir para que serve a CDT?

As autogestões e cooperativas, apoio às CTs no controlo operário

-Reivindicações ao Governo: apoio técnico às pequenas e médias empresas, intervencionadas, autogestão e cooperativas bem como apoio financeiro prioritário aos investimentos públicos no Norte e In-

terior do país, incentivos à produção interna de máquinas e acessórios têxteis, restrição à importação de têxteis manufacturados, ajuda financeira da Banca para matérias primas, criação de escolas têxteis e cursos de reciclagem profissional, revogação dos contratos a prazo etc.



TRABALHADORES EM LUTA!

Trabalhadores da Siderurgia contra manobras da gerência

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional, em Pão de Açúcar, desencadearam recentemente um processo de luta que visa impor ao conselho de gerência a revogação de toda a regulamentação interna contrária ao espírito do acordo colectivo e ainda o início das negociações para revisão do ACT. O processo incluiu já uma interrupção de trabalho de duas horas, e outras paralisações poderão vir a realizar-se se, durante esta semana, resultarem infrutíferos todos os contactos entre os órgãos representativos dos trabalhadores, a gerência e o Ministério da Indústria e Tecnologia.

As manobras do conselho de gerência têm a ver com o projecto de regulamento disciplinar elaborado por aquele órgão administrativo (que não atende às propostas feitas pelos trabalhadores e revela toda uma ideologia fascizante) e ainda com o aumento salarial concedido aos quadros técnicos. Numa moção aprovada após análise destas questões, os trabalhadores afirmam-se conscientes de que medidas que apontem para a criação de conflitos sociais com o fim de criar a desestabilização numa empresa nacionalizada, são manobras que favorecem os interesses da direita reacçãoária, mas manifestam-se também determinados a não permitir que os seus interesses sejam menosprezados.

ELEIÇÕES NOS ESCRITÓRIOS E COMÉRCIO DE AVEIRO

Decorrem no dia 22, as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do distrito de Aveiro. Apesar de todas as tentativas feitas pelos camaradas sindicalistas revolucionários, foi impossível apresentar a estas eleições uma lista unitária de esquerda que aglutinasse todas as correntes sindicais empenhadas no combate à direita, a todas as forças que surgem no seio do movimento sindical apenas para dividir os trabalhadores, tomando-os presa mais fácil do patronato.

Tal como tem sucedido em outras organizações sindicais, os sindicalistas afectos à linha maioritária do secretariado da CGTP/Intersindical Nacional, manifestaram completa incompreensão quanto ao processo de constituir uma lista unitária: não só se recusaram a aceitar elementos ligados à UDP — dizendo que a Unidade não passava pela UDP — como fizeram "vista grossa" relativamente às exigências apresentadas pelos camaradas do MES (sobre a representação na lista de todas as forças político-sindicais que tinham demonstrado ao longo do processo ter acção consequente). Deste modo, e não querendo servir de muletas ao P.C.P., os nossos camaradas também não quiseram participar em tal lista que, de unitária, apenas ficou com a designação.

No entanto, adiada que foi para as próximas eleições — em 1979 — a formação de uma lista verdadeiramente unitária, os camaradas sindicalistas revolucionários mantêm-se ainda dispostos a não ceder à direita. Pesem embora todos os erros que determinaram a formação de uma lista dita "unitária de esquerda", onde os camaradas revolucionários não puderam participar, é necessário reconhecer a necessidade de não fazer o jogo da direita, da actual direcção e da Carta Aberta.

Para tal, os camaradas sindicalistas revolucionários apontam como único caminho o voto na lista designada por "unitária de esquerda". Contudo, que ninguém se iluda. Se hoje os camaradas revolucionários estão a dar e apelar ao voto na lista chamada unitária de esquerda, amanhã eles próprios estarão na primeira linha de combate contra as possíveis tentativas de conciliação de hesitação e de negociação do Pacto Social de Miséria, que a referida lista irá tentar levar à prática. E, da mesma forma que foi possível aos revolucionários imporem, pela firmeza das suas posições, um programa de vanguarda, também eles estarão na liderança das lutas, exigindo o seu integral cumprimento.

METALÚRGICOS

A luta pelo CCT Vertical

(Comunicado do Organismo dos Metalúrgicos da ORS do MES)

A importância para dezenas de milhares de trabalhadores de que se revestem as negociações relativas ao CCTV para a indústria metalúrgica e metalomecânica, que em breve se irão iniciar, levam o Organismo dos Metalúrgicos da Organização Regional de Setúbal do MES a vir junto dos camaradas metalúrgicos do Distrito frisar alguns pontos essenciais que não podem deixar de ser considerados por todos quantos vão participar nas lutas que só terminarão com a publicação do novo contrato.

Primeiramente há a dizer que, desta vez, não se pode aceitar que seja o Ministério do Trabalho quem, por portaria, venha a fixar as normas regula-

doras das respectivas relações laborais, como aconteceu em 1977.



Sendo as soluções negociadas no silêncio dos gabinetes do Ministério de Trabalho, longe do conhecimento e da intervenção dos trabalhadores, qualquer que seja o conteúdo de uma

nova PRT — e basta ver a que é o MT para se calcular qual será — ela não será o produto da luta dos trabalhadores ela significará uma lei que, têm de cumprir e não uma conquista a defender e a aprofundar. Há pois que deixar bem claro que os Metalúrgicos não aceitarão nova PRT! O CCTV há-de ser imposto ao patronato! O CCTV há-de ser uma vitória da Unidade Organização e Luta dos Metalúrgicos!

Outro ponto a ter presente é que as negociações se irão limitar a um pequeno número de cláusulas que, na sua proposta, a Direcção considera deverem ser alteradas, sendo as mais importantes referentes às tabelas salariais.

Só se compreende o número reduzidíssimo de alterações propostas ao conteúdo da PRT se se entender que elas constituem o mínimo dos mínimos que, nas actuais condições, é essencial para os trabalhadores conseguirem, e o máximo que é possível aos trabalhadores impor ao patronato.

Sendo assim, têm os trabalhadores e os seus representantes sindicais de dizer bem claro ao patronato: Meus senhores, isto que propomos é aquilo de que não prescindimos, por ser o mínimo exigido pela dignidade do nosso trabalho! A partir daqui não pode haver concessões nem cedências, e a nossa luta só parará com a aceitação da nossa proposta.

BANCÁRIOS

As razões da derrota

Realizaram-se no dia 1 de Abril as eleições para os Bancários do Sul e Ilhas. Votaram 64,5% dos sócios, tendo sido eleita como Direcção a Lista "D" (PPD/CDS) com 36% dos votos expressos. Para a Comissão de Representação de Tendências a lista "E" (P.C.) elegeu 4 elementos — 33,6% dos votos, a lista D (só PPD) 3 — 25,8%, a lista B (PS) 2 — 18,7%, a lista C (unidade de esquerda) 1 — 7,8% e a lista F (CDS) 1 — 12,2%.

Os bancários têm um importante sindicato dada a capacidade financeira de que dispõem, o número de associados que mobiliza, o sector económico em que intervêm e as tradições que detem no movimento sindical.

A direita joga forte neste momento no sector, em vésperas de possível reestruturação da Banca Nacio-

nalizada. A imposição contratual da possibilidade de despedimentos por encerramento de dependências foi uma primeira batalha por ela ganha, correndo-se o risco de ver os trabalhadores virados contra a reestruturação pela defesa do emprego.

A manutenção dum Direcção "amarela" foi outro passo importante na estratégia sindical da burguesia de cindir o movimento sindical enfraquecendo o principal aglutinador da resistência dos trabalhadores.

Perante isso os sindicalistas da corrente sindical revolucionária tudo fizeram para constituir uma lista unitária que vencesse a direita. Nos últimos números do "Poder Popular" tem vindo referido porque essa lista só foi apoiada pelo MES, UEDS, UDP, OUT e independentes. O

resultado das eleições veio mostrar, mais uma vez, que há capacidade para bater a direita e derrotar a cisão.



Só que... Só que o PC não abdicou de exigir uma posição hegemónica na lista, além do afastamento de sindicalistas que fossem conotados com a UDP e a OUT. Razões dessa posição sectária: preservar o controle na CGTP

ÁCORES

morte de um militante socialista

Na passada segunda-feira noticiavam os jornais o primeiro desastre de viação na mais pequena ilha dos Açores, O Corvo. Diziam eles que se havia virado o tractor que levava um motorista e operários para o trabalho e que o motorista havia morrido. Diziam ainda os jornais que o motorista se chamava José de Freitas e que deixava mulher e um filho menor.

Quem era José de Freitas?

José de Freitas era cantoneiro e todos os dias procurava recrutar homens que com ele seguiam numa vagoneta motorizada até ao ponto mais alto da ilha — O Caldeirão, pois andavam a construir a única estrada da ilha, a que vai da vila ao Caldeirão.

José de Freitas era além disso o chefe socialista da ilha. Com 38 anos de idade e num meio tão pequeno — cerca de 370 habitantes — era grande a

sua responsabilidade pois o PS estava representado na Assembleia da Freguesia e Municipal, estando a ilha praticamente dividida ao meio entre o PS e o PSD.

José de Freitas era constantemente procurado pelo povo socialista do Corvo, que lhe pedia a sua palavra sobre o que fazer, que lhe denunciava as injustiças de que eram vítimas pelos senhores da Ilha e do PSD, etc.

Honra e Glória a José de Freitas, cantoneiro, morto na Ilha do Corvo-Açores, no primeiro acidente de viação ali registado.





provocações sionistas no Líbano

A 15 de Março de 1978, forças israelitas, constituídas por aviação, artilharia e "comandos" invadiram o sul do Líbano, espalhando a morte e a destruição, assassinando civis, entre os quais 10 crianças.

Esta provocação israelita, que o governo sionista de Begin justificava para por fim às actividades "terroristas" da OLP (Organização de Libertação da Palestina), foi alvo da generalizada condenação internacional, de Tito ao papa Paulo VI, de Sadat - o recente intérprete da paz separada com Israel - e Hussein - principal responsável dos massacres e expulsão dos palestinianos da Jordânia, há uns anos atrás.

E quando logo a 19 de Março, sob proposta americana, o Conselho de Segurança da ONU aprovava, por 12 votos a favor, 2 abstenções (URSS e Checoslováquia) e uma curiosa ausência da China, o envio dos "capacetes azuis" para o Líbano, poderiam alguns esperar, que Kissinger afirmasse publicamente que a agressão sionista era "uma acção necessária, projectada pelo Pentágono havia já seis anos".

Os Estados Unidos tentavam mostrar à opinião pública mundial o Kissinger "mau" enquanto o "bom anjo" Carter, apóstolo dos "direitos humanos", fazia aprovar, sem um voto contra, a intervenção dos "capacetes azuis" da ONU, numa límpida missão de paz!

Importa pois compreender em que consiste na realidade a aplicação desta famosa resolução 425 do Conselho de Segurança da ONU e quais os objectivos que prossegue, para denunciar a hábil manobra do imperialismo americano.

Os "capacetes azuis" foram encarregados de impôr o cessar fogo entre as agressões israelitas e os resistentes palestinianos. Mas coube a Abir Ayad, o número dois da resistência palestinianiana acrescentar que as forças, da ONU, uma vez efectuada a sua missão, que é a de fazer retroceder as tropas israelitas "para os limites internacionalmente reconhecidos" não deverão tentar ocupar as bases e posições da resistência ou deveriam policiar o sul do Líbano - tal como, a coberto da ONU, poderia ser a ambição dos EUA com esta sua cartada.

Um mês passado sobre a agressão sionista, Israel continua a levantar os maiores obstáculos à retirada das suas tropas do sul do Líbano. Esta situação levou Yasser Arafat a acusar os Estados Unidos e Israel de colaborarem para evitar a obtenção da paz no Médio Oriente e a afirmar que uma nova guerra ameaça aquela região. E Arafat afirmou que os israelitas queriam que os palestinianos e os países árabes praticamente se rendessem e que "isto significa que estamos a caminho de um novo conflito".

A situação é difícil para a heróica resistência palestinianiana. As nações árabes estão desunidas, e os Estados Unidos têm entre algumas delas fiéis aliados (Arábia Saudita e Koweit, para citar só os incondicionais...). As nações árabes signatárias da Frente da Fimeza (Líbia, Argélia, Síria e Yemen do Sul), por seu lado, reunidas para serem encontradas "as medidas adequadas para acabar com a agressão sionista", não chegaram a acordo sobre medidas concretas, o que levou Khadafi a declarar que a "nação árabe condenou a agressão sionista com um rio de telegramas e os dirigentes árabes proferiram energias palavras de protesto... Esta é uma farsa que supera todas as outras, a de os árabes ficarem a olhar enquanto o inimigo destrói e massacra o povo palestinianiano e ocupa uma grande área de um estado independente".

O projecto do imperialismo visa reduzir a um "ghetto", encravado entre as forças sírias do Exército de Dissuasão e os "capacetes azuis" do Exército da Paz da Onu, a resistência palestinianiana, impedindo-a de combater e golpear militarmente o exército sionista, no sentido de a breve prazo porem igualmente fim à autonomia política da OLP, procurando que abdique dos justos objectivos da sua luta revolucionária e aceite docilmente a fantochada de um "Estado palestinianiano" na Cisjordânia e a sul da faixa de Gaza, verdadeira reserva territorial sob a protecção, da Jordânia e de Israel - isto é, tentar impôr ao Médio Oriente um acordo de paz favorável aos sionistas.

A este propósito, a fimeza da OLP expressa-se nas palavras duras de Abu Ayad, denunciando a atitude árabe: "abandonam-nos na batalha, mas desta vez vão pagar por isso, ao mesmo tempo que Israel".

o MES no congresso da «Democracia Proletária»

A esquerda revolucionária viveu, neste último ano, uma enorme crise política e organizativa.

Confrontadas face ao desabrochar de novas lutas sociais (jovens, desempregados, mulheres) às quais não souberam dar uma real resposta política, as organizações revolucionárias foram conhecendo um processo de desorientação avolumado pela pesada derrota na participação eleitoral de 20 de Junho de 77.

É neste contexto, e face à entrada do PCI para a área governamental, que se assistiu ao nascimento de expressões radicais da movimentação social, seja de conteúdo esquerdista (do tipo "Autonomia Operária") seja mesmo da natureza terrorista (como as "Brigadas Vermelhas").

É igualmente neste contexto, em que "Lotta Continua" já não existe senão como jornal quotidiano, em que "Il Manifesto" é pouco mais do que um grupo de opinião cada vez mais próximo do PCI, que se pode compreender a importância e o significado

dos debates travados em Roma, de 13 a 16 de Abril durante a Assembleia Congresso de constituição de DP - "Democracia Proletária".

Este Congresso que consagrou a fusão de "Avanguarda Operária", "PD-UP" e "Liga dei Comunisti" foi um passo decisivo para a ultrapassagem dessa crise, passando a ser "Democracia Proletária" a única referência organizada, no seio da esquerda revolucionária, capaz de impulsionar a luta anti-capitalista integrando, de baixo numa perspectiva operária, a luta desses novos "sujeitos sociais emergentes" (jovens, desempregados e mulheres).

Participando activamente no trabalho de comissões e de plenário, camaradas da delegação do MES que interviriam igualmente num comício antiparlamentarista puderam assim, acompanhar o desenrolar de todos os trabalhos deste Congresso. Pela importância de que se revestem as comunicações e te-

ses aprovadas apresentaremos, no próximo número, de "Democracia Proletária" uma análise mais destacada das posições políticas de



25 DE ABRIL: QUEM NÃO QUER A UNIDADE?

Apesar dos esforços desenvolvidos para que as comemorações populares do 25 de Abril recolhessem o apoio e a participação de um leque alargado de militantes e organizações políticas de esquerda, alguns houve que optaram por permanecer à margem deste processo. Outros, inicialmente empenhados no trabalho preparatório das comemorações, viriam a distanciar-se por razões insuficientemente explicitadas. Assim, enquanto a UEDS deu a conhecer a sua participação em iniciativa conjunta com o Partido Comunista, os camaradas da Base-Fut não lograram ultrapassar a sua posição de observadores.

Quanto à OUT, veio a suspender a sua participação nos trabalhos preparatórios das comemorações, embora sem intenção de lançar um projecto autónomo, segundo sabemos.

Fora dos grandes centros (Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Moscavide, etc.), está a ser possível trabalhar em processos de celebrações unitárias com importância como bases para trabalho conjunto no futuro.

REUNIDO DE 28 MARÇO A 4 ABRIL EM FRANCOFORTE

o III tribunal intern. Russell sobre a repressão na RFA

Ao longo do período de preparação do Tribunal, que durou ano e meio, o movimento em apoio de um Tribunal Russell sobre a RFA entregou dezenas de "dossiers" ao júri, todos eles reflectindo a repressão e intimidação existentes em todos os domínios da sociedade oeste-alemã.



No centro desta primeira sessão do Tribunal (na qual Otello, como membro do júri, foi proibido de participar pelas autoridades militares do nosso país) estarão as questões sobre as já lamentavelmente famosas "intendições profissionais" (a que o "Poder Popular" oportunamente se referia).

-A DECLARAÇÃO DA FUNDAÇÃO RUSSELL

"De todos os países da Europa de Oeste, a Fundação Bertrand Russell recebeu apelos para que se de-

bruçasse sobre a situação na República Federal Alemã. Estes apelos, relatando um enorme número de factos, foram lançados quer por organizações quer por indivíduos e respeitam sobretudo ao denominado "decreto contra os esquerdistas". Baseando-se neste decreto, as autoridades recusam emprego ou a prática da sua profissão a determinados cidadãos. (1)

Do lado da Fundação a resposta a estes apelos é positiva e chamamos a opinião pública de todos os países a apoiar a criação de um Tribunal Russell, erguer comités de apoio a nível nacional e juntar todos os documentos que possam ser enviados para este Tribunal. (2)

A CENTRAL SINDICAL ALEMÃ CONTRA O TRIBUNAL RUSSELL

Já durante o período de preparação, e no seio do movimento de apoio ao Tribunal sobre a RFA, discutiu-se vivamente a questão da repressão no interior dos sindicatos na Alemanha.

De facto, mais de 4.000 expulsões de sindicalistas

de oposição, a exclusão de toda a secção do sindicato de professores de Berlim-Oeste (13.000 membros) e recentemente também de toda a direcção do mesmo sindicato (GEW) em Bochum são claros exemplos de que a repressão no interior dos sindicatos faz parte integrante da política repressiva do Estado oeste-alemão.

Aliás, ao longo do período de duração do Tribunal houve reuniões de informação onde, para além de outros aspectos da repressão terem sido discutidos (nomeadamente os perigos do Estado policial e da censura nos meios de comunicação), foi precisamente abordado o facto de as centrais sindicais terem decretado que a permanência numa organização de extrema-esquerda é incompatível com a permanência num sindicato.

De facto, as centrais sindicais alemãs (e nomeadamente a DGB, central de todos os sindicatos), estão por demais enfeudadas ao patronato capitalista e são, testemunho de uma cooperação directa com os

órgãos repressivos estatais (policia política, serviços de informação).

Assim o veio claramente demonstrar, mais uma vez, uma carta do presidente do DGB incluindo toda uma série de ameaças de expulsão para os sindicalizados que participarem no Tribunal, do mesmo modo que uma infame campanha de denúncia contra todo o Tribunal Russell por parte das centrais sindicais, provocando um largo movimento de protesto nas bases dos sindicatos.

Muitos dos membros expulsos pediram o julgamento desta prática pelo Tribunal. E apoiados por vários grupos de apoio do Tribunal, irão organizar um comício sobre este problema em Colónia.

(1) Os próprios tribunais são cúmplices deste estado de coisas, pois que o Tribunal Administrativo de Anshach (na Baviera), por exemplo, com o julgamento de que "o primeiro dever de um funcionário do Estado é o de ser anti-comunista" rejeitou recentemente a queixa do pacifista Heinrich Haerherlin contra o facto de lhe ser negado trabalho na função pública ao abrigo de decreto das "intendições profissionais".